

Companhia Transleste de Transmissão

Anexo I – Demonstrações contábeis regulatórias

31 de dezembro de 2011 e 2010

Companhia Transleste de Transmissão

Balancos patrimoniais regulatórios
31 de dezembro de 2011 e 2010
(Valores expressos em milhares de reais)

	31/12/2011	31/12/2010
Ativo		
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	69	98
Investimento de curto prazo	5.873	7.429
Contas a receber de clientes	4.172	3.413
Despesas pagas antecipadamente	28	4
	10.142	10.944
Não circulante		
Investimento		
Imobilizado e intangível		
Transmissão		
Em serviço	102.793	106.513
Em curso	2.572	2.548
Administração		
Em serviço	136	-
Em curso	513	406
Outros	12	-
	106.026	109.467
Total do ativo	116.168	120.411
Passivo		
Circulante		
Empréstimos e financiamentos	4.235	4.135
Fornecedores	142	94
Salários, férias e encargos sociais	8	9
Encargos de dívidas	373	391
Tributos e contribuições sociais a recolher	1.145	886
Dividendos a pagar	4.382	2.862
Credores diversos	1.500	1.500
Obrigações estimadas	196	168
Outras obrigações	932	698
	12.913	10.743
Não circulante		
Empréstimos e financiamentos	45.158	48.878
Outras obrigações	915	212
	46.073	49.090
Patrimônio líquido		
Capital social	49.569	49.569
Reserva de lucro	7.613	11.009
	57.182	60.578
Total do passivo e patrimônio líquido	116.168	120.411

Companhia Transleste de Transmissão

Demonstrações do resultado regulatório
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010
(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Receita operacional		
Receita de transmissão de energia elétrica	27.759	25.339
Deduções da receita operacional		
PIS	(185)	(164)
Cofins	(850)	(757)
Quota para reserva global de reversão – RGR	(709)	(631)
Pesquisa e desenvolvimento – P&D	(264)	(235)
	(2.008)	(1.787)
Receita operacional líquida	25.751	23.552
Custos operacionais		
Custo dos serviços prestados	(2.427)	(2.152)
Depreciação	(3.565)	(3.591)
Resultado do serviço	19.759	17.809
(Despesas) receita operacional		
Administrativas e gerais	(659)	(597)
Pessoal	(378)	(339)
Lucro antes do resultado financeiro	18.722	16.873
Despesas financeiras	(5.094)	(4.302)
Receitas financeiras	1.205	535
	(3.889)	(3.767)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	14.833	13.106
Imposto de renda e contribuição social	(1.258)	(1.054)
Lucro líquido do exercício	13.575	12.052

Companhia Transleste de Transmissão

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2011 e 2010
(Em milhares de reais)

1. Informações Gerais

A Companhia Transleste de Transmissão - TRANSLESTE (a “Companhia” ou “TRANSLESTE”) foi constituída como sociedade anônima de capital fechado em 28 de outubro de 2003 com o propósito específico de exploração de linhas de transmissão de energia elétrica tendo como objeto social planejar, implantar, construir, operar e manter instalações de transmissão de energia elétrica e serviços correlatos.

A Companhia é diretamente controlada pela Alupar Investimento S.A. (“Alupar”).

Através do Contrato de Concessão do Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica nº 009/2004 – ANEEL, datado de 18 de fevereiro de 2004, celebrado com a União, por intermédio da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, foi outorgada à Companhia a concessão de serviço de transmissão de energia elétrica, pelo prazo de 30 anos, que consiste na implantação, manutenção e operação da linha de transmissão de 345 kV, com 138 km de extensão, tendo origem na subestação de Montes Claros, e término na nova subestação Seccionadora de Irapé, ambas no Estado de Minas Gerais.

A Companhia entrou em operação comercial em 18 de dezembro de 2005.

A Receita Anual Permitida (RAP) da concessionária é definida pelo poder concedente, a ANEEL e fixada anualmente, para períodos definidos como ciclos que compreendem os meses de junho a julho do ano posterior, através de Resoluções Homologatórias. De acordo com o Contrato de Concessão, a partir do 16º ano de operação comercial, a RAP será reduzida em 50% do valor vigente no 15º ano até o final do prazo de concessão.

A Receita Anual Permitida - RAP, conforme Resolução Homologatória nº 1171 de 28 de junho de 2011 é de R\$ 29.087 mil para o ciclo de 2011/2012. Para o ciclo de 2010/2011 a ANEEL homologou uma RAP de R\$ 25.799 mil.

O contrato de concessão estabelece que a extinção da concessão determine a reversão ao poder concedente dos bens vinculados ao serviço, procedendo-se aos levantamentos e avaliações, bem como à determinação do montante da indenização devida à transmissora, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico. Assim sendo, a Administração da Companhia entende que ao final do prazo de concessão os valores residuais dos bens vinculados ao serviço serão indenizados pelo poder concedente, contudo neste momento a Companhia não dispõe de bases confiáveis para efetuar a mensuração destes valores tendo em vista as incertezas decorrentes das condições de uso dos bens na data futura e do seu valor no tempo.

Companhia Transleste de Transmissão

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2011 e 2010
(Em milhares de reais)

2. Apresentação das demonstrações contábeis

2.1. Declaração de Conformidade

As demonstrações contábeis regulatórias da Companhia para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 compreendem as demonstrações contábeis preparadas de acordo com as disposições contidas no despacho nº 4.722, de 18 de janeiro de 2009 e na resolução nº 396/2010.

A Companhia adotou os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo CPC e por outros órgãos reguladores, que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2011, considerando para as demonstrações regulatórias as ressalvas quanto a aplicação do ICPC 01 e dos ativos e passivos regulatórios.

A apresentação das demonstrações contábeis regulatórias visa atender as determinações do órgão regulador, que é a divulgação de um conjunto de informações que representem a situação econômico-financeira da Companhia, em consonância com o arcabouço legal regulatório.

O objetivo deste relatório é demonstrar as principais diferenças entre as demonstrações societárias e regulatórias, oriundas das mudanças trazidas pela aplicação das novas práticas contábeis adotadas no Brasil. A principal diferença entre as demonstrações societárias e regulatórias está relacionada a adoção do ICPC 01 – Contratos de concessão.

As demonstrações contábeis regulatórias devem ser lidas em conjunto com as demonstrações societárias, que contém as informações das notas explicativas adicionais às divulgadas neste relatório, as quais podem ser consultadas no site da Companhia.

2.2. Base de preparação e apresentação

Todos os valores apresentados nestas demonstrações contábeis regulatórias estão expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outro modo. Devido aos arredondamentos, os números apresentados ao longo deste documento podem não perfazerem precisamente aos totais apresentados.

Companhia Transleste de Transmissão

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2011 e 2010
(Em milhares de reais)

2. Apresentação das demonstrações contábeis--Continuação

2.3. Moeda funcional e conversão de saldos e transações em moeda estrangeira

2.3.1. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis regulatórias foram preparadas e estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações.

2.3.2. Transações e saldos em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas que não foram realizadas na moeda funcional da entidade, foram convertidas para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data em que as transações foram realizadas.

3. Sumário das principais práticas contábeis

A seguir estão apresentadas as principais práticas contábeis pertinentes a contabilidade regulatória. O sumário das práticas contábeis adotados pela Companhia e que são aplicáveis tanto às demonstrações contábeis regulatórias como societárias podem ser consultadas no site da Companhia.

3.1 Imobilizado/Intangível

3.1.1 Imobilizado

Esses ativos estão registrados ao custo de aquisição, ou de construção. As adições subsequentes são reconhecidas inicialmente pelo valor justo na data de sua aquisição ou construção, o que inclui custos de empréstimos capitalizados.

Os ativos imobilizados são depreciados pelo método linear, por categoria de bem.

Atualmente as taxas de depreciação variam entre 2,00% e 3,33% para edificações, obras civis e benfeitorias; 2,5% e 5,9% para máquinas e equipamentos; e 4,00% e 10% para equipamento geral e demais ativos.

Companhia Transleste de Transmissão

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais)

3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

3.1 Imobilizado/Intangível--Continuação

3.1.1 Imobilizado--Continuação

A Companhia agrega mensalmente ao custo de aquisição do imobilizado em curso os juros, as variações monetárias e cambiais, quando aplicável, e demais encargos financeiros incorridos sobre empréstimos e financiamentos diretamente atribuídos à aquisição ou constituição de ativo qualificável considerando os seguintes critérios para capitalização: (a) período de capitalização correspondente a fase de construção do ativo imobilizado, sendo encerrado quando o item do imobilizado encontra-se disponível para utilização; (b) utilização da taxa média ponderada dos empréstimos vigentes na data da capitalização; (c) o montante dos juros, as variações monetárias e cambiais, e demais encargos financeiros capitalizados mensalmente não excedem o valor das despesas de juros apuradas no período de capitalização; e (d) os juros, as variações monetárias e cambiais e demais encargos financeiros capitalizados são depreciados considerando os mesmos critérios e vida útil determinada para o item do imobilizado ao qual foram incorporados.

Companhia Transleste de Transmissão

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais)

4. Demonstrações contábeis regulatórias - conciliação

A Companhia apresenta a seguir, o balanço patrimonial, a demonstração do resultado do exercício e notas explicativas, conforme modelo de demonstrações regulatórias, definido pela ANEEL no despacho nº 4.991 de 29 de dezembro de 2011.

	2011			2010		
	Societário	Ajustes CPCs	Regulatório	Societário	Ajustes CPCs	Regulatório
ATIVO						
Circulante						
Consumidores, concessionárias e permissionárias	3.517	-	3.517	2.815	-	2.815
Despesas pagas antecipadamente	28	-	28	4	-	4
Outros ativos circulantes não afetados	6.597	-	6.597	8.125	-	8.125
Não circulante						
Consumidores, concessionárias e permissionárias						
Créditos fiscais diferidos						
Despesas pagas antecipadamente						
Ativo financeiro da concessão	149.576	(149.576)	-	148.165	(148.165)	-
Outros ativos não circulantes não afetados	12	-	12	-	-	-
Investimentos						
Imobilizado	159	105.179	105.338	163	108.733	108.896
Em serviço	223	124.012	124.235	202	124.026	124.228
(-) Reintegração						
Acumulada	(88)	(21.405)	(21.493)	(62)	(17.840)	(17.902)
Em curso	24	2.572	2.596	23	2.547	2.570
Intangíveis	489	187	676	571	-	571
Em serviço	-	187	187	187	-	187
Em curso	489	-	489	384	-	384
TOTAL DO ATIVO	160.378	(44.210)	116.168	159.842	(39.431)	120.411

Companhia Transleste de Transmissão

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2011 e 2010
(Em milhares de reais)

4. Demonstrações contábeis regulatórias - conciliação--Continuação

	2011			2010		
	Societário	Ajustes CPCs	Regulatório	Societário	Ajustes CPCs	Regulatório
PASSIVO						
Circulante						
Passivos regulatórios						
Outros passivos circulantes não afetados	14.474	(1.561)	12.913	12.133	(1.390)	10.743
Não circulante						
Passivos regulatórios						
Outros passivos não circulantes não afetados	49.824	(3.751)	46.073	52.939	(3.849)	49.090
Patrimônio líquido	96.080	(38.898)	57.182	94.770	(34.192)	60.578
Capital social	49.569	-	49.569	49.569	-	49.569
Reserva de capital						
Reserva de lucro	28.061	(34.023)	(5.962)	27.295	(28.338)	(1.043)
Dividendo adicionado proposto						
Reserva de avaliação patrimonial						
Lucro (prejuízo) acumulado	18.450	(4.875)	13.575	17.906	(5.854)	12.052
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMONIO LIQUIDO	160.378	(44.210)	116.168	159.842	(39.431)	120.411

Companhia Transleste de Transmissão

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais)

4. Demonstrações contábeis regulatórias - conciliação--Continuação

Conta Contábil	2011			2010		
	Societário	Ajustes CPCs	Regulatório	Societário	Ajustes CPCs	Regulatório
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	29.170	(1.411)	27.759	28.170	(2.831)	25.339
611.0X.1.1.01 Fornecimento de energia elétrica						
611.0X.1.1.02 Suprimento de energia elétrica						
611.0X.1.1.04 Energia elétrica de curto prazo						
611.0X.X.1.03 Receita pela disponibilidade da rede elétrica						
611.06 Receita de atividade não vinculada						
611.0X.X.9.XX Outras receitas vinculadas	29.170	(1.411)	27.759	28.170	(2.831)	25.339
DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL	(1.035)	-	(1.035)	(921)	-	(921)
Tributos e Encargos						
611.0X.6.X.21 Federais	(1.035)	-	(1.035)	(921)	-	(921)
611.0X.6.X.22 Estaduais e municipais						
611.05.7.1.06/7 Encargos - Parcela "A"						
611.0X.7.X.31 Reserva global de reversão - RGR	(709)	-	(709)	(631)	-	(631)
611.0X.7.X.32 Pesquisa e desenvolvimento - P & D	(264)	-	(264)	(235)	-	(235)
611.0X.7.X.33 Conta de desenvolvimento econômico - CDE						
611.0X.7.X.34 Conta de consumo de combustíveis- CCC						
611.0X.7.X.35 Programa de eficiência energética - PEE						
611.0X.7.X.39 Outros encargos (energia de reserva e CCC adicional)						
RECEITA OPERACIONAL LIQUIDA	27.162	(1.411)	25.751	26.383	(2.831)	23.552
CUSTOS NAO GERENCIÁVEIS - Parcela "A"						
615.0X.1.5.40/1 Energia elétrica comprada para revenda						
615.0X.1.5.43 Energia elétrica comprada para revenda - proinfa						
615.0X.1.5.42 Encargos de uso do sistema de transmissão / distrib.						
615.0X.1.9.58 Taxa de fiscalização	(142)	-	(142)	(126)	-	(126)
615.0X.1.9.37 CFURH						
Matéria-Prima/Insumo para Geração de Energia Elétrica						
615.0X.X.X.12 Combustíveis						
615.01.1.1.98 (-) Subvenção - CCC						
RESULTADO ANTES DOS CUSTOS GERENCIÁVEIS						
CUSTOS GERENCIÁVEIS- Parcela "B"						
615.0X.X.X.01 Pessoal	(595)	-	(595)	(505)	-	(505)
615.0X.X.X.02 Administradores	(422)	-	(422)	(394)	-	(394)
615.0X.X.X.21 Serviço de terceiros	(2.009)	-	(2.009)	(1.825)	-	(1.825)
615.0X.X.X.11 Material	(47)	-	(47)	(42)	-	(42)
615.0X.X.X.91 Arrendamentos e alugueis	(122)	-	(122)	(90)	-	(90)
615.0X.X.X.93 Tributos	(7)	-	(7)	(9)	-	(9)
615.0X.X.X.92 Seguros	(32)	-	(32)	(36)	-	(36)
615.0X.X.X.99 Outros	(258)	170	(88)	(102)	41	(61)
615.0X.X.3.95 Provisão devedores duvidosos						
615.0X.X.X.95 Provisões- outras						
615.0X.X.X.53 Depreciação	(26)	(3.539)	(3.565)	-	(3.591)	(3.591)
615.0X.X.X.55 Amortização						
616.99 Despesa da atividade não vinculada						
RESULTADO DA ATIVIDADE DA CONCESSÃO						
RESULTADO EXTRA-CONCESSÃO						
631 (-) 631.06.1.2 Receita financeira	1.205	-	1.205	535	-	535
635 (-) 635.06.1.2 Despesa financeira	(5.094)	-	(5.094)	(4.302)	-	(4.302)
651.06.1.2 + 635.06.1.2 Resultado de equivalência patrimonial						
671/5 Resultado não operacional						
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES IRRJ/CSLL	19.613	(4.780)	14.833	19.487	(6.381)	13.106
710.0X.1.2.02/4 Imposto de renda	(749)	(95)	(844)	(1.229)	527	(702)
710.0X.1.2.01/3 Contribuição social	(414)	-	(414)	(352)	-	(352)
710.0X.2.1/2 Participações e contribuições à entidade de prev. privada						
710.0X.23 Reversão de juros sobre o capital próprio						
LUCRO (PREJUÍZO)	18.450	(4.875)	13.575	17.906	(5.854)	12.052

Companhia Transleste de Transmissão

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais)

5. Ativo imobilizado e intangível regulatório

O saldo do imobilizado e intangível regulatório, é como segue:

a) Composição do imobilizado

	31/12/2011	31/12/2010
Em serviço		
Edificações, obras civis e benfeitorias	5.257	5.257
Máquinas e equipamentos	118.728	118.713
Móveis e utensílios	250	258
	124.235	124.228
Depreciação		
Máquinas e equipamentos	(20.136)	(16.774)
Edificações, obras civis e benfeitorias	(1.252)	(1.041)
Móveis e utensílios	(105)	(87)
	(21.493)	(17.902)
Em curso		
A ratear	100	100
Material em depósito	2.422	2.422
Outros	74	48
	2.596	2.570
Total	105.338	108.896

b) Composição do intangível

Em serviço	187	187
Em curso	489	384
Total	106.014	109.467

a) Bens vinculados à concessão:

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na produção, transmissão, distribuição, inclusive comercialização, são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. A Resolução ANEEL nº 20/99, regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

Companhia Transleste de Transmissão

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2011 e 2010
(Em milhares de reais)

5. Ativo imobilizado e intangível regulatório--Continuação

A movimentação do imobilizado e intangível regulatório e a depreciação no exercício findo em 31 de dezembro de 2010 e no exercício findo em 31 de dezembro de 2011, segue:

	Em curso	Em serviço		Total
	Imobilizado/ intangível	Imobilizado/ intangível	Depreciação acumulada	
Saldo em 31 de dezembro de 2009	2.483	124.387	(14.315)	112.555
Adição	692	-	(3.592)	(2.900)
Baixas	(182)	(10)	4	(188)
Transferências	(38)	38	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2010	2.955	124.415	(17.903)	109.467
Adição	160	-	(3.590)	(3.430)
Baixas	(23)	-	-	(23)
Transferência	(7)	7	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2011	3.085	124.422	(21.493)	106.014

6. Lucro líquido

	31/12/2011	31/12/2010
Lucro líquido societário	18.450	17.906
Efeito dos ajustes entre contab. societária VS regulatória.	(4.875)	(5.854)
Lucro líquido regulatório	13.575	12.052

O principal ajuste efetuado pela Companhia nas demonstrações contábeis societárias está relacionado ao imobilizado, ou seja, a partir de 01 de janeiro de 2009 a Companhia adotou e utilizou para fins de contabilidade societária as previsões da interpretação ICPC 01 emitida pelo CPC ("equivalente ao IFRIC12 das normas internacionais de contabilidade conforme emitido pelo IASB"). Esta interpretação orienta os concessionários sobre a forma de contabilização de concessões de serviços públicos a entidades privadas, quando:

- o concedente controle ou regulamente quais serviços devem ser prestados, a quem os serviços devem ser prestados e o seu preço que deve ser cobrado; e,
- o concedente controle – por meio de titularidade, usufruto ou de outra forma – qualquer participação residual significativa na infraestrutura no final do prazo da concessão.

Companhia Transleste de Transmissão

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2011 e 2010
(Em milhares de reais)

6. Lucro líquido--Continuação

Para os contratos de concessão qualificados para a aplicação do ICPC 01, a infraestrutura construída, ampliada, reforçada ou melhorada pelo operador não é registrada como ativo imobilizado do próprio operador porque o contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle (muito menos de propriedade) do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para realização dos serviços públicos, sendo eles (imobilizado) revertidos ao concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem direito de operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do concedente, nas condições previstas no contrato.

Assim, nos termos dos contratos de concessão dentro do alcance do ICPC 01, o concessionário atua como prestador de serviço. O concessionário constrói, amplia, reforça ou melhora a infraestrutura (serviços de construção) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação e manutenção) durante determinado prazo. O concessionário deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 17 – Contratos de Construção (equivalente ao IAS 11, conforme emitido pelo IASB) e CPC 30 – Receitas (equivalente ao IAS 18, conforme emitido pelo IASB). Caso o concessionário realize mais de um serviço (p.ex., serviços de construção ou melhoria e serviços de operação) regidos por um único contrato, a remuneração recebida ou a receber deve ser alocada com base nos valores justos relativos dos serviços prestados caso os valores sejam identificáveis separadamente. Assim, a contrapartida pelos serviços de construção ou melhorias efetuadas nos ativos da concessão passa a ser classificada como ativo financeiro, ativo intangível ou ambos.

O ativo financeiro se origina na medida em que o operador tem o direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do concedente pelos serviços de construção; o concedente tem pouca ou nenhuma opção para evitar o pagamento, normalmente porque o contrato é executável por lei. O concessionário tem o direito incondicional de receber caixa se o concedente garantir em contrato o pagamento (a) de valores preestabelecidos ou determináveis ou (b) insuficiência, se houver, dos valores recebidos dos usuários dos serviços públicos com relação aos valores preestabelecidos ou determináveis, mesmo se o pagamento estiver condicionado à garantia pelo concessionário de que a infraestrutura atende a requisitos específicos de qualidade ou eficiência. O ativo intangível se origina na medida em que o operador recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários dos serviços públicos. Esse direito não constitui direito incondicional de receber caixa porque os valores são condicionados à utilização do serviço pelo público. Se os serviços de construção do concessionário são pagos parte em ativo financeiro e parte em ativo intangível, é necessário contabilizar cada componente da remuneração do concessionário separadamente.